

Há deveras a possibilidade de construção de uma mídia cidadã?

Is there any way a possibility to develop a citizen-oriented media?

Roberta Manuela Barros de Andrade¹



Resumo

As reflexões em torno de uma mídia cidadã carregam consigo ponderações sobre o próprio conceito de democracia nas sociedades modernas: o papel do Estado na consolidação da cidadania, as reivindicações populares por uma sociedade mais participativa, o processo de formação da opinião pública e a função das novas tecnologias no contexto de globalização. No entanto, no bojo dessas questões, alguns paradoxos podem ser encontrados: o tão sonhado Estado do bem-estar social não é o da cidadania, na medida em que as agências de notícias manipulam, lá como cá, as informações que chegam até os indivíduos; a tão defendida responsabilidade social da mídia, na formação da opinião pública esconde, de fato, o seu uso para conformar o cidadão à lógica do sistema capitalista; a participação popular na mídia cresce à medida em que decresce a participação

do cidadão na sociedade.

Palavras-chave: **Mídia. Democracia. Participação.**

Abstract

Reflections about a citizen-oriented media bring along considerations about the own concept of democracy in modern societies, the role of the state in the citizenship concept consolidation, the popular longing for a more participant society, the process of public opinion formation and the function of the new technologies in the globalization context. Though, among these questions, some paradoxes can be found: the dreamed well-being state is not the one of the citizenship since the news agencies manipulate everywhere, the information which reaches the individuals; the so defending social media responsibility in the public opinion formation, hides in fact its use to fit the citizen in the capitalist system logic; popular participation in media increases as citizen's participation in society decreases.

Keywords: **Media. Democracy. Participation.**

1 Mídia e cidadania: complexidade, impasses e desafios

Como pensar, hoje, a relação mídia e cidadania? Esta é uma questão que envolve uma série de variáveis. Em seu interior, estão implícitas reflexões sobre a democracia moderna, as formas em como a questão da participação se coloca em seu seio, o papel do Estado neste processo, a constituição da opinião pública e a função das novas tecnologias nesse contexto. Sobrevoando essas reflexões, estão ainda análises sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista e a instauração, na atualidade, do fenômeno da globalização. Democracia, globalização, novas tecnologias,

participação, Estado, sociedade civil e opinião pública são assuntos sempre exigidos quando queremos fazer qualquer tipo de referência aos meios de comunicação como construtores da cidadania. No entanto, lembre-me de que se hoje a reflexão sobre cidadania caminha junto com uma análise sobre os meios de comunicação de massa, a preocupação que norteia essa relação tem origem bastante antiga.

A preocupação com o papel dos meios de comunicação de massa como partícipes dos processos políticos não é recente. Na verdade, essa reflexão surge concomitante aos surgimentos dos meios de comunicação. John Thompson (1995), o sociólogo, ao descrever o processo de formação da imprensa, lembra,

¹ Roberta Manuela é graduada em Comunicação Social, mestre e doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (Brasil), professora titular do curso de Comunicação Social da Universidade de Fortaleza (Unifor) e coordenadora do Grupo de Pesquisa “Mídia, Narrativas Ficcionalis e Cultura de Massa” da Universidade de Fortaleza. E-mail: manubarros@secrel.com.br

sabidamente, que sua origem está relacionada ao comércio de notícias e que aparece e se desenvolve paralela, na esfera política, à formação dos estados-nações e, na esfera econômica, à consolidação do sistema capitalista. Era necessário adaptar o camponês, recém-chegado à cidade, à vida urbana. Essa adaptação exigia a aquisição de uma série de valores, de formas de ver o mundo e de agir sobre ele, que respaldasse a vida nas fábricas e nos escritórios. Era necessário, em outros termos, formar a opinião pública, em outras palavras: submeter a turba, a massa violenta, selvagem, primitiva, aos imperativos do capital (ORTEGA Y CASSET, 1969). Esse era o significado, o século XVI ao século XIX, da expressão atual “construir meios de comunicação de massa cidadãos”, o que obviamente nada tem a ver com as acepções que podemos dar hoje ao termo. Essa relação estreita entre cidadania, opinião pública e sistema capitalista, torna-se bem mais clara no século XIX.

No século XIX e, sobretudo em seu término, jornais, livros e volantes circulavam intensamente em todo o mundo e, por isso, suscitaram o interesse de vários filósofos sociais que acoplavam sua difusão às discussões sobre a democracia. Alexis de Tocqueville, por exemplo, (*apud* BAUTIER; CAZENAVE, 2000), já em 1835, reafirma a existência de uma ligação estreita entre a soberania de um povo e a liberdade de imprensa. Para Tocqueville, era a liberdade de imprensa condição necessária para a formação do cidadão.

Tocqueville, ainda que percebesse a possibilidade da imprensa recair em abusos, acreditava que as democracias devem acolher os malefícios a fim de receber os benefícios da liberdade da imprensa. Nessa linha de raciocínio, Tocqueville aponta os Estados Unidos da América do Norte (EUA) como um país onde os benefícios da imprensa ainda não estavam consolidados. Segundo ele, a existência de múltiplos jornais nos EUA tem por consequência um poder da imprensa relativamente frágil, o que, em sua visão, seria péssimo para o desenvolvimento social. Esta multiplicidade de órgãos da imprensa implicaria a divisão de poder, evitando a criação de grandes correntes de opinião. Essas grandes correntes de opinião eram importantes, na medida em que se fazia necessário formar as massas, conformá-las ao sistema que desenvolvia seus tentáculos em todos os recantos do mundo.

O imenso poder da imprensa estaria, de acordo com Tocqueville, em revelar o que se esconde embaixo da política; fazer aparecer os fatos perante o tribunal da

opinião pública e, eventualmente a transformar. Palavras bonitas, intenções funestas. Havia no discurso de Tocqueville, a preocupação com a difusão de uma ideologia que via as classes populares como massas que deveriam ser educadas e ou conduzidas para a entrada no novo sistema: o capitalismo emergente. O jornal teria, então, a função de reunir leitores e formar correntes. Seria, assim, partícipe do processo de cidadania, mas nos termos em que a elite a definia.

Gabriel Tarde (1997), outro pensador francês, também estava preocupado com a “formação da opinião pública”. Ao refletir sobre a o papel da imprensa na consolidação da opinião pública, Tarde afirmava que seria difícil um artigo isolado ter um efeito de ação sobre o leitor: somente uma sucessão de artigos vindos de pessoas diferentes, em tempo longo, poderia agir eventualmente sobre o leitor. Esse seria o discurso mudo do jornal das democracias modernas, sub-reptício, mas extremamente eficiente. Ponto de vista interessante se notarmos que essa perspectiva de Tarde é seguida ainda hoje, por todos os jornais e revistas de grande circulação.

No Brasil, se fizermos uma pesquisa sobre a incidência, por exemplo, de matérias veiculadas sobre a reforma agrária ou mudança nas leis trabalhistas na mídia, veríamos que notícias, reportagens e artigos, aparecem sempre em enxurradas num determinado período de tempo específico e todos refletem a mesma visão sobre o assunto: as de nossas elites. Mas, opiniões vindas de bocas diferentes e em estilos diferentes de jornalismo nos dão a impressão de que se tem, no jornal, um espaço de discussão sobre o assunto e de que, a partir desse fórum aberto, é possível formar uma opinião pública consistente. Mas, se todas as informações sobre o assunto sempre fecham com o mesmo pensamento, pergunto-me se a tão famosa opinião pública não é uma falácia e se é que talvez o recém-falecido Bourdieu (1997) tivesse razão e a opinião pública, tão defendida pela imprensa como uma bandeira, seja mais um engodo, talvez ela nem mesmo exista, porque é quase sempre oriunda da visão de mundo da classe dominante.

Aprofundando a discussão, Habermas (1984), ao refletir sobre a consolidação da esfera pública, lembramos de que, se na *pólis* grega a esfera pública é a esfera de ação do cidadão, o reino da liberdade e da continuidade, onde tudo se torna visível a todos, somente com a formação do Estado-nação inicia-se a associação entre o conceito de público e o Estado. O espaço público passa a ser pensado como o espaço de representação política, onde se dá a interação entre o governante e a sociedade.

Concomitantemente à consolidação do Estado Moderno, ocorre o surgimento do mercado, que transforma radicalmente a noção de esfera pública. Esta esfera, onde, na visão de Habermas, deliberava-se sobre interesses em comum, contribuindo para a formação da consciência crítica do cidadão, entra em um processo de transformação radical com a evolução do capitalismo. Obedecendo aos imperativos do capital, há uma ruptura com a função crítica anterior. A esfera pública passa a ser colonizada pelo consumo. A figura do cidadão é, enfim, eclipsada pela figura do consumidor. A formação da opinião pública está, nessa perspectiva, moldada aos interesses do capital.

2 Cidadania, participação e fenômenos mediáticos

A reflexão que abarca a relação comunicação-participação é um outro viés de análise interessante. Atualmente, podemos afirmar que os programas de rádio e televisão são bem mais participativos do que seus similares, nas décadas anteriores. Esta participação ampliada é, assim, um bom indício para pensar a cidadania. Mas será que os programas de rádio e televisão, voltados à prestação de serviços de utilidade pública da grande mídia, as programações das rádios comunitárias, os programas de auditório, com links ao vivo com populares e ainda os de entrevistas, com a possibilidade de contatos com as redações por meio de e-mails e telefones. Seria, de fato, tudo isso, um avanço para a construção da cidadania?

Talvez sim, mas a questão não é tão simples assim. O próprio conceito de participação é prenhe de significados distintos. Participar pode significar desde o simples ato de assistir a um programa, a tomar parte ou fazer parte de um programa (BORDENAVE, 1991). De uma ponta a outra da questão, há nuances importantes a serem analisadas.

Podemos colocar no mesmo patamar, por exemplo, a participação da audiência que interfere na programação das redes de televisão por meio de um controle remoto e a participação da audiência *in loco*, em quadros de programas de auditório? Seria essa a mesma participação daqueles que telefonam para as redações com perguntas aos entrevistados? E o que dizer dos populares que aparecem ao vivo ou em pré-gravados em programas policiais? Trata-se de um mesmo gênero de participação? Como classificar, então, a participação popular em rádios comunitárias?

No caso das rádios comunitários, significa a mesma coisa dizer que:

- a) a comunidade participa porque assiste atentamente ao que se veicula;
- b) ela participa porque envia opiniões sobre certos assuntos aos locutores; e
- c) participa porque efetivamente seleciona o que vai ao ar.

Por falar nisso, em que país do mundo o povo tem o poder de selecionar, de fato, o que, como e de que forma algo vai ao ar? Trata-se, nesses exemplos, da mesma modalidade de participação? Obviamente que não, cada uma delas tem um peso político distinto. Cicília Peruzzo (1998) chega inclusive a fazer uma tipologia das modalidades de participação.

Para Cicília Peruzzo, encontramos, nas sociedades, a participação passiva, que consente, submete-se e delega poderes por indiferença e descrença à uma dada situação; a participação controlada, que vai até onde as instâncias detentoras do poder permitem e a também participação manipulada, em que há espaço para se deliberar sobre objetivos e necessidades, mas sem qualquer garantia de efetivação das reivindicações e, por último, a participação poder, que se realiza através da co-estão e da auto-gestão, em que o exercício do poder é partilhado. Nas sociedades modernas, garante Cicília Peruzzo, poucas são as participações-poder, aquelas que de fato forjam a cidadania. Mas, no senso comum, seja qual for o contexto dado, todas essas modalidades são usadas como sinônimos.

Deixando de lado os programas em que a participação popular é claramente dispensável pelos produtores, vamos aos programas em que ela é a sua razão de ser, como no caso dos programas de utilidade pública. Se este tipo de programa pode ser considerado um programa cidadão, em que medida o é? Fazer denúncias sobre problemas de infra-estrutura, como esgoto, saúde, educação, é participar da construção da cidadania? Ou, ao utilizarmos os meios de comunicação como mediadores dos problemas públicos, não estaremos retirando do Estado a função de zelar pela ordem pública e, nesse sentido, desgastando e trabalhando contra a cidadania? Despolitizando ao invés de politizar?

Lembro que as pessoas recorrem a esse tipo de programa devido à precariedade das condições sócio-político-econômicas em que vivem e pela falência dos serviços que deveriam ser prestados pelo Estado para

sanar os problemas de ordem pública. A participação existe, nesse tipo de programa, porque não houve participação na vida política, porque os canais tradicionais não funcionam. Estamos, portanto, diante de uma aporia grave. Há participação nos meios à medida em que não há participação na sociedade.

Outro ponto chave dessa discussão diz respeito à abertura desses programas a denúncias populares. Lembro que o que vai ao ar é quase sempre moldado por interesses mercantis e políticos particulares, e não por interesses coletivos. Vai ao ar o que traz audiência (e não necessariamente o que é mais necessário à coletividade). E, ainda assim, o que traz audiência não deve ferir os interesses majoritários das empresas de comunicação. Nem todas as denúncias vão ao ar, não importa quão graves elas sejam, pois não se pode ferir os interesses mercantis ou políticos das empresas. Seleciona-se, julga-se, reprimi-se, modifica-se. Exerce-se o controle do capital sobre a cidadania.

A discussão em torno da cidadania é, assim, útil para as empresas de comunicação. Mais um nicho de audiência a ser explorado, mas essa cidadania é controlada rigorosamente pelos meios, e no momento em que possa ferir a seus interesses, ela é descartada como arruaça, motim e vandalismo. Isso, obviamente não desclassifica os programas de utilidade pública, eles são um caminho que pode revelar avanços, mas só a sua existência não garante o exercício da cidadania.

3 Comunicação popular, novas tecnologias e cidadania

No caso, então, da comunicação popular? Nas rádios, tevês e jornais comunitários, a cidadania encontraria um nicho mais apropriado para se expandir? Alguns dizem que sim, pressupondo que a comunicação popular seria uma comunicação democrática e redentora, por definição. Mas, será? Um programa feito pelo próprio povo garante, necessariamente, a cidadania? Estariam as rádios comunitárias e os boletins comunitários livres das contradições e dos conflitos que sufocam a sociedade maior do qual eles fazem parte? Difícilmente. Eles não devem nem podem mais ser encarados como o nicho onde a democracia dar-se-ia, enfim, em contraposição ao império da dominação e opressão dos grandes meios, como defendiam os partidários da teoria do imperialismo cultural (BELTRÃO, 1984).

Na verdade, a lógica da comunicação popular se mescla à lógica da comunicação de massa. Só porque

indivíduos das classes populares formam o corpo técnico dessas rádios isso não significam necessariamente que o povo ou seja lá o que isso signifique, participe ou que a comunicação realizada lá seja dialógica, democrática ou horizontal. Há inúmeras limitações que impedem muitas vezes que isso ocorra. Cito algumas delas.

- a) Sua abrangência reduzida (atingem a poucas pessoas);
- b) uso restrito de apenas um meio (quando se usa jornal não se usa rádio);
- c) a falta de competência técnica de seus participantes, os conteúdos veiculados mal-explorados, a instrumentalização do meio de comunicação (tudo tem que ser voltado para a conscientização política);
- d) a carência de recursos financeiros (que obriga a uma descontinuidade grande);
- e) as ingerências políticas (devastadoras)
- f) e a participação desigual entre seus membros – nas rádios, poucos de fato tomam decisões e quanto à participação comunitária, de fato, são feitos convites a fim de que a comunidade participe, mas, na prática, não há canais para que essa participação seja efetivada.

A comunicação popular está eivada, também, de contradições e conflitos. Ela é, assim como os programas de utilidade pública: uma tentativa de conquista da cidadania. Mas, comporta também suas próprias armadilhas.

Para fechar o círculo, acho necessário falar um pouco da inserção das novas tecnologias como elementos importantes no jogo de construção da cidadania. As novas tecnologias têm efetivamente trabalhado contra ou a favor desse processo?

Infelizmente, em minha avaliação, as novas tecnologias têm sido mais poderosas quando aliadas às elites, que, por motivos óbvios estão, por definição, do lado contrário da coletividade. A idéia tão badalada de que as novas tecnologias são democratizadoras da sociedade parece ser mais um mito, um dos mais terríveis, porque extremamente animador e includente.

Internet, educação à distância, podem vir a contribuir para a cidadania, para a democracia, para a liberdade de comunicação? Sim, teoricamente. Têm, de fato, contribuído pra isso? Não. Na educação à distância, aparecem todos os descabros da educação tradicional,

da qual é herdeira direta, que se mesclam com os problemas que as características do meio trazem em si. Temos, na educação à distância (EAD), um mar de problemas a serem enfrentados. Muita pouca luz no fim do túnel.

Internet? Desculpem-me os fãs da *internet*, mas a construção de uma comunidade de saberes (LEVY, 2000) através dela é uma falácia. Lembro que 60% da população mundial vive abaixo da linha da miséria, sem chances de surfar na internet. Quanto à espremida classe média, que se pode dar a esse luxo, o uso que tem dado à *internet* não passa, na maior parte das vezes, de consumo de lixo cultural. Ela não tem ajudado na formação do senso crítico ou da reflexão consistente, muito pelo contrário.

No que tange à inserção das novas tecnologias nas grandes agências internacionais de notícias, elas têm mostrado, com maestria, como se manipula a informação e com ela a opinião pública. Os atentados terroristas aos Estados Unidos da América, a guerra contra o terror (que Deus nos proteja dela) tem sido uma demonstração e tanto da manipulação de imagens e discursos alicerçados nas novas tecnologias.

Criam-se eventos que não existem e distorcem-se outros. A visão catastrófica de Orson Wells sobre o futuro, que cabia tão bem no mundo da ficção tem nos feito ver, aterrados, que o seu lugar é no dia-a-dia das populações do século XXI. Tudo isso acaba por construir uma constatação aterradora: no mundo contemporâneo, quanto maior o domínio tecnológico, maior o controle da informação, menor possibilidade de construção da cidadania. As tão “conscientizadas” populações do primeiro mundo, tão assistidas de tudo o que nos falta, continuam a ser massas manobradas pelas elites. A civilização do bem-estar social não significa a civilização da cidadania.

Enfim, para concluir, pergunto-me: para onde estamos caminhando? Perdemos em algum momento, a vereda do bom caminho? Ou será que jamais a percorremos? Como sair de uma conjuntura tão amarga e desesperançada?

Tentei mostrar, neste curto espaço, as dificuldades para a construção de uma mídia (*mass media*) cidadã. Talvez me animasse mostrar tais dificuldades mais do que seus avanços, não para recairmos no pessimismo contraproducente, mas para melhor enxergarmos o muito que ainda tem a ser feito. O trabalho incansável de gerações e gerações que ainda temos a nossa frente. E, lembrar que, para realizá-lo, precisamos estar com

os pés no chão, porque esse é o meio mais eficiente para se construir a cidadania que tanto almejamos.

Como os velhos frankfurtianos, sou extremamente pessimista com relação à teoria e profundamente otimista na prática. Acredito que existem caminhos alternativos, mas eles não são fáceis de serem percorridos. Cabe, assim, aos comunicadores, como aos cidadãos e profissionais comprometidos com o desenvolvimento social, tentar ultrapassar as dificuldades aqui apontadas. Nesse sentido, as apostas devem começar a ser feitas, num futuro e legítimo cidadão, no milênio que se inicia. A sorte está lançada ou como diria César às margens do Rubicão: “*Allia iacta est*”.

Referências

- BAUTIER, R.; CAZENAVE, E. *Les origines d'une conception moderne de la communication: Gouverner l'opinion au XIX^e siècle*. Grenoble: Press Universitaire de Grenoble, 2000.
- BELTRÃO, L. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. *Comunicação e Sociedade*, São Paulo, v. 11, n. 1, 1984. p. 5-34.
- BORDENAVE, J. E. D. *Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BOURDIEU, P. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, M. (Org.). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. Rio de Janeiro: Polis, 1997.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LEVY, P. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.
- ORTEGA Y GASSET, J. *A rebelião das massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1969.
- PERRUZO, C. M. *A comunicação nos movimentos populares*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TARDE, G. *A opinião e a multidão*. Lisboa: Biblioteca Universitária, 1997.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Data do Aceite: 2005.